



SENADO FEDERAL

PARECER

Nº 812, DE 2012

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004 (nº 5.300/2005, naquela Casa), do Senador Romeu Tuma, que dá a denominação de Aeroporto de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros ao Aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo.

RELATORA: Senadora ANA RITA

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Comissão de Educação o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 181, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, que propõe denominar “Aeroporto Internacional de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros” o aeroporto da cidade de Bauru, no Estado de São Paulo.

Em sua justificação, o autor da proposição original descreve a trajetória do homenageado, que foi o comandante da primeira aeronave a cruzar o Oceano Atlântico sem apoio logístico de embarcações, façanha que antecedeu em vinte e três dias o primeiro voo entre a Europa e a América realizado pelo aviador Charles Lindbergh.

Nascido em Jaú, em 1900, João Ribeiro de Barros iniciou curso de Direito em São Paulo, mudando-se em seguida para os Estados Unidos em busca de conhecimentos aeronáuticos. Posteriormente, estudou na Escola de Aviação de Campinas e fez curso de acrobacia aérea na Alemanha. Em 1926, adquiriu o hidroavião Jahu e, com seus próprios recursos, partiu da Itália para o Brasil, chegando a Fernando de Noronha em 28 de abril de 1927, após pousos forçados em Alicante e Gibraltar, e escala em Cabo Verde. Aclamado no Brasil logo após a viagem, foi depois perseguido pelo governo Vargas, tendo seu avião

confiscado, o que o impediu de realizar novas aventuras. Em 1932, participou da Revolução Constitucionalista, retornando a Jaú, onde morou até o seu falecimento, ocorrido em 1947.

O Comandante João Ribeiro de Barros recebeu inúmeras condecorações, dentre as quais se destacam as concedidas pelos governos de Portugal, França, Bélgica, Itália e Alemanha, além de troféu concedido pela Liga Internacional de Aviadores, sediada em Paris.

Após tramitar no Senado Federal, a proposição foi encaminhada à Câmara dos Deputados, onde foi aprovada nas Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma do substitutivo que ora se examina.

Em relação ao projeto original (PLS nº 181, de 2004), as alterações promovidas pelo substitutivo da Câmara propõem que a denominação do aeroporto passe a incluir a expressão “internacional” após o termo aeroporto e que o nome do homenageado seja justaposto ao da localidade onde se situa a instalação.

Em nova apreciação pelo Senado Federal, a proposição foi distribuída a esta Comissão em decisão exclusiva e terminativa. O relator designado, Senador Eduardo Suplicy, apresentou minuta de relatório que não chegou a ser apreciada pela Comissão. Com a redistribuição do projeto, achamos por bem adotar a minuta de relatório por ele apresentada, uma vez que compartilhamos o mesmo entendimento a respeito da matéria.

II – ANÁLISE

O SCD nº 181, de 2004, trata de uma homenagem cívica, matéria cuja apreciação, nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE.

Cabe apontar que a alteração efetuada pela Câmara dos Deputados no projeto original acrescenta a denominação “internacional” ao nome do aeroporto.

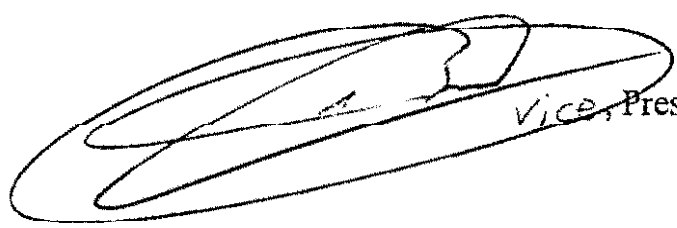
Ocorre que, conforme diligência realizada, na forma do Regimento Interno do Senado Federal, apurou-se que compete à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) estabelecer, de acordo com a legislação vigente, a categoria de aeroporto internacional. Isso posto, há que se concluir que a inclusão da palavra “internacional” na denominação do aeroporto não acarretaria efeito prático algum, sendo potencial causa de confusão acerca da exata categoria do aeroporto.

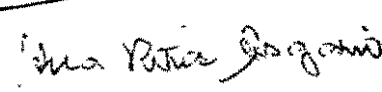
Fora isso, a proposição em exame apresenta os atributos de boa técnica legislativa e mérito que justificaram sua aprovação nesta Casa e na Câmara dos Deputados, nada havendo a obstar quanto à conversão em Lei do PLS 181, de 2004, conforme fora originalmente remetido à Casa revisora.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **rejeição** do SCD nº 181, de 2004, com a **aprovação** do PLS nº 181, de 2004, como fora originalmente remetido à revisão da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2012.


Vice-Presidente


Maria Rita Gorgatti, Relatora

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181,
de 2004

ASSINAM O PARECER, NA 30ª REUNIÃO, DE 26/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
PRESIDENTE: SEN. PAULO BAUER
RELATOR: SEN. ANA RITA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO
Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Benedito de Lira (PP)	4. VAGO
Ana Amélia (PP)	5. VAGO
Romero Jucá (PMDB)	6. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	7. VAGO
Waldemir Moka (PMDB)	8. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM)
José Agripino (DEM)	5. Alvaro Dias (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Antonio Russo (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Comissão de Educação o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 181, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, que propõe denominar "Aeroporto Internacional de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros" o aeroporto da cidade de Bauru, no Estado de São Paulo.

Em sua justificação, o autor da proposição original descreve a trajetória do homenageado, que foi o comandante da primeira aeronave a cruzar o Oceano Atlântico sem apoio logístico de embarcações, façanha que antecedeu em vinte e três dias o primeiro voo entre a Europa e a América realizado pelo aviador Charles Lindbergh.

Nascido em Jaú, em 1900, João Ribeiro de Barros iniciou curso de Direito em São Paulo, mudando-se em seguida para os Estados Unidos em busca de conhecimentos aeronáuticos. Posteriormente, estudou na Escola de Aviação de Campinas e fez curso de acrobacia aérea na Alemanha. Em 1926, adquiriu o hidroavião Jahú e, com seus próprios recursos, partiu da Itália para o Brasil, chegando a Fernando de Noronha em 28 de abril de 1927, após pousos forçados em Alicante e Gibraltar, e escala em Cabo Verde. Aclamado no Brasil logo após a viagem, foi depois perseguido pelo governo Vargas, tendo seu avião confiscado, o que o impediu de realizar novas aventuras. Em 1932, participou da Revolução Constitucionalista, retomando a Jaú, onde morou até o seu falecimento, ocorrido em 1947.

O Comandante João Ribeiro de Barros recebeu inúmeras condecorações, dentre as quais se destacam as concedidas pelos governos de Portugal, França, Bélgica, Itália e Alemanha, além de troféu concedido pela Liga Internacional de Aviadores, sediada em Paris.

Após tramitar no Senado Federal, a proposição foi encaminhada à Câmara dos Deputados, onde foi aprovada nas Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma do substitutivo que ora se examina.

Em relação ao projeto original (PLS nº 181, de 2004), o substitutivo da Câmara propõe que a denominação do aeroporto passe a incluir a expressão "internacional" após o termo aeroporto, e que o nome do homenageado seja justaposto ao da localidade onde se situa a instalação.

II – ANÁLISE

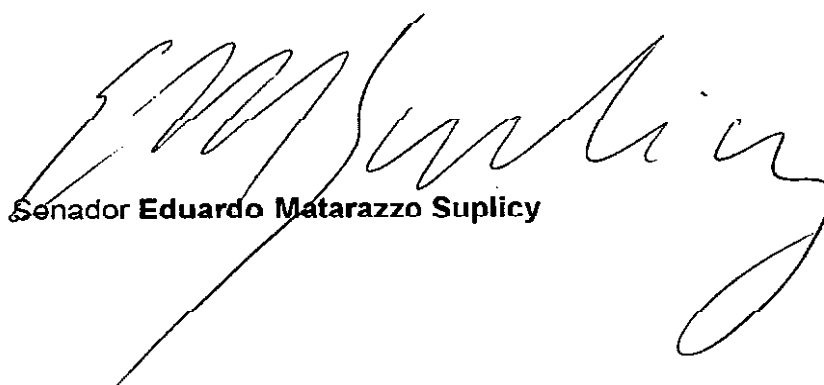
As alterações efetuadas pela Câmara dos Deputados no projeto original visam a: identificar corretamente a categoria a que pertence o aeroporto em questão; e preservar a designação ora em vigor. A preservação da designação tem por objetivo evitar transtornos para a comunidade em geral e ônus para a administração pública, inevitável quando da substituição total da denominação e a consequente alteração de documentos e revisão de mapas.

No mais, a proposição em exame apresenta os mesmos atributos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito que justificaram sua aprovação nesta Casa e na Câmara dos Deputados, nada havendo a obstar quanto a sua conversão em lei.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004.

Sala da Comissão,



Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

RELATÓRIO

RELATORA: Senadora **ANA RITA**

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Comissão de Educação o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 181, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, que propõe denominar “Aeroporto Internacional de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros” o aeroporto da cidade de Bauru, no Estado de São Paulo.

Em sua justificação, o autor da proposição original descreve a trajetória do homenageado, que foi o comandante da primeira aeronave a cruzar o Oceano Atlântico sem apoio logístico de embarcações, façanha que antecedeu em vinte e

três dias o primeiro voo entre a Europa e a América realizado pelo aviador Charles Lindbergh.

Nascido em Jaú, em 1900, João Ribeiro de Barros iniciou curso de Direito em São Paulo, mudando-se em seguida para os Estados Unidos em busca de conhecimentos aeronáuticos. Posteriormente, estudou na Escola de Aviação de Campinas e fez curso de acrobacia aérea na Alemanha. Em 1926, adquiriu o hidroavião Jahu e, com seus próprios recursos, partiu da Itália para o Brasil, chegando a Fernando de Noronha em 28 de abril de 1927, após pousos forçados em Alicante e Gibraltar, e escala em Cabo Verde. Aclamado no Brasil logo após a viagem, foi depois perseguido pelo governo Vargas, tendo seu avião confiscado, o que o impediu de realizar novas aventuras. Em 1932, participou da Revolução Constitucionalista, retornando a Jaú, onde morou até o seu falecimento, ocorrido em 1947.

O Comandante João Ribeiro de Barros recebeu inúmeras condecorações, dentre as quais se destacam as concedidas pelos governos de Portugal, França, Bélgica, Itália e Alemanha, além de troféu concedido pela Liga Internacional de Aviadores, sediada em Paris.

Após tramitar no Senado Federal, a proposição foi encaminhada à Câmara dos Deputados, onde foi aprovada nas Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma do substitutivo que ora se examina.

Em relação ao projeto original (PLS nº 181, de 2004), as alterações promovidas pelo substitutivo da Câmara propõem que a denominação do aeroporto passe a incluir a expressão “internacional” após o termo aeroporto e que o nome do homenageado seja justaposto ao da localidade onde se situa a instalação.

Em nova apreciação pelo Senado Federal, a proposição foi distribuída a esta Comissão em decisão exclusiva e terminativa. O relator designado, Senador Eduardo Suplicy, apresentou minuta de relatório que não chegou a ser apreciada pela Comissão. Com a redistribuição do projeto, achamos por bem adotar a minuta de relatório por ele apresentada, uma vez que compartilhamos o mesmo entendimento a respeito da matéria.

II – ANÁLISE

O SCD nº 181, de 2004, trata de uma homenagem cívica, matéria cuja apreciação, nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE.

As alterações efetuadas pela Câmara dos Deputados no projeto original visam a identificar corretamente a categoria a que pertence o aeroporto em questão e a preservar a designação ora em vigor. A preservação da designação tem por objetivo evitar transtornos para a comunidade em geral e ônus para a administração pública, inevitável quando da substituição total da denominação e a consequente alteração de documentos e revisão de mapas.

Contudo, cabe reparo de redação à ementa da matéria, de forma que nessa seja incluído o termo “internacional”, conforme a alteração efetuada na Câmara dos Deputados.

No mais, a proposição em exame apresenta os mesmos atributos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito que justificaram sua aprovação nesta Casa e na Câmara dos Deputados, nada havendo a obstar quanto a sua conversão em lei.

III – VOTO

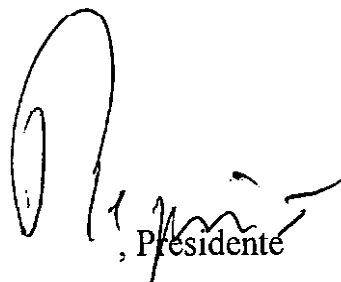
Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004, com a seguinte emenda de redação:

Emenda Nº - CE (redação)

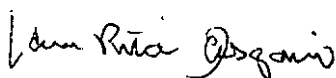
Altere-se a ementa do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004, que passará a ter a seguinte redação:

“Dá a denominação de “Aeroporto Internacional de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros” ao Aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo.”

Sala da Comissão,



, Presidente



, Relatora

Publicado no DSF, de 03/07/2012.